

PAPEL DO ENFERMEIRO NO PRÉ-NATAL DO PARCEIRO

Luzia da Silva Farias¹;

Discente do Curso de Enfermagem - Faculdade Anhanguera, Marabá, Pará.

Erika Castro Moraes²;

Discente do Curso de Enfermagem - Faculdade Anhanguera, Marabá, Pará.

<https://orcid.org/0009-0002-2298-9887>

José Raphael Gomes da Silva³;

Discente do curso de Enfermagem - Faculdade Anhanguera, Marabá, Pará.

<https://orcid.org/0009-0000-6747-9165>

Mirian Gonçalves Nunes⁴;

Discente do Curso de Enfermagem - Universidade do Estado do Pará.

<https://lattes.cnpq.br/8169998281738430>

Yzaura Lohanny Lima da Silva⁵;

Discente do Curso de Enfermagem - Universidade do Estado do Pará.

<http://lattes.cnpq.br/1101583891743324>

Ottomá Gonçalves da Silva⁶;

Docente do Curso de Enfermagem - Faculdade Anhanguera, Marabá, Pará.

<https://orcid.org/0000-0001-7397-9836>

Mayara de Nazaré Moreira Rodrigues⁷.

Docente do Curso de Enfermagem - Faculdade Anhanguera, Marabá, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/4842026854146974>

RESUMO: O presente trabalho teve como tema a importância da presença paterna no âmbito da enfermagem com enfoque ao pré-natal. O objetivo geral do trabalho foi compreender e descrever as múltiplas faces que podemos trazer com a temática que envolva a relação paterna no âmbito da gestação (pré-natal). A metodologia empregada foi a revisão narrativa de literatura. A presença paterna nas consultas de pré-natal é limitada, dificultando o pleno assumir de responsabilidades devido a ocupação, falta de conhecimento e longas esperas nos serviços de saúde. Enfermeiros desempenham papel essencial, orientando sobre vacinação, amamentação e acompanhamento pré-natal. A antiga figura paterna como provedor e autoridade tem evoluído, destacando-se a importância da participação masculina

no cuidado infantil. A análise da paternidade, ainda recente na Psicologia, foca na relação pai-bebê desde a gestação. A participação do pai no desenvolvimento infantil é essencial, com variações culturais nas funções parentais. Apesar de transformações, discursos tradicionais persistem. A interação pai-filho é essencial para o desenvolvimento cognitivo e social da criança, variando durante a gestação. Motivos como horário de trabalho justificam a ausência paterna nas consultas pré-natais. Mudanças no papel do pai geram debate sobre envolvimento paterno. O pré-natal masculino é integrado à Política Nacional de Saúde do Homem. Gestantes que priorizam acompanhantes no pré-natal têm maior suporte no parto, ressaltando a importância do incentivo dos enfermeiros. A responsabilidade nos exames pré-natais não deve recair exclusivamente sobre as mulheres, enfatizando a necessidade de um companheiro presente e informado. Diretrizes fornecidas por profissionais de saúde, como enfermeiros, durante o pré-natal, permitem que os homens compreendam as transformações nas mulheres. A escassa participação paterna no pré-natal pode impactar significativamente a gravidez.

PALAVRAS-CHAVE: Paternidade. Pré-Natal. Enfermagem.

ROLE OF THE NURSES IN THE PARTNER'S PRENATAL CARE

ABSTRACT: This study's theme was the importance of the father's presence in nursing, with a focus on prenatal care. The overall objective of the study was to understand and describe the multiple aspects that can be brought to the theme involving the father relationship in the context of pregnancy (prenatal care). The methodology used was a narrative literature review. The father's presence in prenatal consultations is limited, making it difficult to fully assume responsibilities due to occupation, lack of knowledge, and long waits in health services. Nurses play an essential role, providing guidance on vaccination, breastfeeding, and prenatal care. The old father figure as provider and authority has evolved, highlighting the importance of male participation in child care. The analysis of paternity, still recent in Psychology, focuses on the father-baby relationship since pregnancy. The father's participation in child development is essential, with cultural variations in parental functions. Despite transformations, traditional discourses persist. Father-child interaction is essential for the child's cognitive and social development, and varies throughout pregnancy. Reasons such as work schedules justify the father's absence from prenatal appointments. Changes in the father's role generate debate about paternal involvement. Male prenatal care is integrated into the National Men's Health Policy. Pregnant women who prioritize companions during prenatal care receive greater support during childbirth, highlighting the importance of nurses' encouragement. The responsibility for prenatal exams should not fall exclusively on women, emphasizing the need for a present and informed partner. Guidelines provided by health professionals, such as nurses, during prenatal care allow men to understand the changes in women. The limited paternal participation in prenatal care can significantly

impact pregnancy.

KEY-WORDS: Paternity. Prenatal care. Nursing.

INTRODUÇÃO

A importância paterna no âmbito do pré-natal representa um assunto de grande relevância social e acadêmica. Trata-se, no entanto, de uma abordagem de pouca incidência no campo da pesquisa científica, sendo que os temas que se referem ao ciclo gravídico-puerperal, bem como aos cuidados com o neonato, geralmente, envolvem exclusivamente a efetividade da participação das mulheres.

Ressalta-se que a participação paterna no ciclo citado conta, no Brasil, com o fomento representado pela Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005, que busca proporcionar às parturientes o direito à presença de acompanhantes durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2005). Todavia, o fomento à participação na etapa pré-natal ainda não conta com políticas de maior abrangência, sendo pautado por ações locais e regionais.

No contexto brasileiro, o Ministério da Saúde reconhece o direito da mulher à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto, parto e puerpério. Acredita-se que oferecer apoio à parturiente durante esses períodos não apenas a tranquiliza e a faz sentir-se segura, mas também contribui para melhorar os resultados tanto para a mãe quanto para o recém-nascido. Portanto, a recomendação é que todos os esforços sejam empreendidos para assegurar que cada parturiente tenha a presença de uma pessoa de sua escolha, a fim de incentivá-la e proporcionar conforto ao longo de todo o processo de nascimento (Holanda et al., 2018).

A presença do pai nas consultas de pré-natal é ainda pouco frequente, o que resulta na dificuldade do pai em assumir plenamente suas responsabilidades, devido a fatores como ocupação, falta de conhecimento sobre o assunto e longas esperas nos serviços de saúde. Estes fatores foram identificados em estudos como razões para a baixa adesão dos pais ao pré-natal. Embora a participação do pai durante esse período seja essencial para a melhoria da saúde da mãe, o escasso envolvimento paterno no pré-natal continua a ser um desafio. Apesar dessa limitação, é imprescindível que as políticas públicas fortaleçam as condições de trabalho e os direitos de paternidade (Santos et al., 2022).

De modo geral, o papel dos pais na criação dos filhos ainda preserva diversos caracteres que remetem aos períodos nos quais a paternidade era eminentemente caracterizada pelo provimento das necessidades físicas, sem maior atenção com os aspectos inerentes ao cuidado e à afetividade. Conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2019), a paternidade não é comumente identificada culturalmente e as observações e estudos focalizam predominantemente à mãe.

No que diz respeito à filiação, a reflexão sobre a afetividade se torna mais proeminente em meio às transformações paradigmáticas e sociais. Segundo Augusto (2017), ao contrário do que era predominante no passado, os pais contemporâneos não são simplesmente provedores, mas a paternidade agora implica participação e comprometimento essenciais.

O objetivo geral do trabalho foi compreender e descrever as múltiplas faces que podemos trazer com a temática que envolva a relação paterna no âmbito da gestação (pré-natal). Os objetivos específicos foram discutir acerca da viabilidade de alternativas que reduzam a evasão paterna na etapa que antecede a nascimento da criança; esclarecer a importância de ações procurem informar e trabalhar em mecanismos que fortaleça a presença do elo paterno na gestação e abordar a aplicabilidade dos direitos e garantias da Lei 11.108/90.

DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

A metodologia empregada na pesquisa foi a revisão narrativa de literatura, em artigos científicos, livros, teses e dissertações. Foram utilizadas publicações do período entre 2004 e 2023, prospectadas nas bases Scielo, Google Acadêmico e Lilacs. As palavras-chave utilizadas foram “paternidade”, “gestantes”, “pai” e “pré-natal”. Foram incluídas na revisão narrativa as publicações em português ou inglês que se mostraram adequadas aos objetivos da pesquisa. Não foram utilizados resumos, trabalhos de graduação e textos de *blogs* ou *sítes* desprovidos de caráter científico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acompanhamento pré-natal é fundamental para garantir um nascimento saudável e para o bem-estar no período pós-parto, o que tem impacto significativo em aspectos cruciais como a amamentação. As práticas adotadas nas maternidades e a falta de preparo das mães após o parto podem prejudicar a amamentação, ressaltando a necessidade de promover situações que incentivem a reflexão e envolvam as mães no cuidado consigo mesmas (Moraes et al., 2014).

A atenção durante o período pré-natal pode facilitar a detecção de possíveis necessidades de intervenções médicas diante de fatores de risco que possam afetar a saúde dos recém-nascidos e das mães. No entanto, em certas situações, a falta de recursos para realizar exames de rotina e procedimentos básicos, juntamente com orientações e prescrições muitas vezes inadequadas durante as consultas, pode resultar em uma atenção pré-natal inadequada. Além disso, é relevante destacar que a orientação nutricional desempenha um papel necessário nas ações realizadas durante as consultas pré-natais,

contribuindo significativamente para promover a saúde tanto da gestante quanto do bebê (Nunes et al., 2016).

De acordo com o Ministério da Saúde, os hospitais e maternidades continuam centrados em abordagens de intervenção no atendimento, onde a qualidade da assistência requer atitudes e comportamentos por parte dos profissionais de saúde que promovam a consolidação do cuidado à saúde como um direito humano. Isso vai além da simples resolução de problemas ou adoção de tecnologias. Há uma identificação da necessidade de aprimorar o nível de informação das mulheres grávidas sobre suas condições de saúde, bem como fortalecer sua autonomia para que possam fazer escolhas adequadas em relação ao tipo de parto a ser realizado (Silva et al., 2013).

Entre as responsabilidades dos enfermeiros no cuidado às gestantes, incluem-se a orientação sobre vacinação, amamentação e acompanhamento pré-natal. Isso envolve realizar o cadastro no Sisprenatal e entregar o Cartão da Gestante preenchido, conduzir consultas de pré-natal para gestações de baixo risco, intercalando com a presença médica. Além disso, desempenham a avaliação clínica das mamas e a coleta de material para exame citopatológico do colo do útero. Também têm a função de orientar gestantes e a equipe sobre fatores de risco e vulnerabilidade (Brasil, 2012).

A Enfermagem Obstétrica representa como uma especialidade profissional apta a fornecer cuidados durante o processo de trabalho de parto e nascimento, respaldada pela competência desses profissionais em promover assistência eficaz por meio de práticas humanizadas. Essa declaração encontra respaldo na habilidade desses especialistas para oferecer cuidados personalizados, respeitando as decisões da mulher e promovendo a preferência pelo parto normal, tudo isso embasado por uma abordagem holística voltada para atender às necessidades individuais (Leal et al., 2021).

Medeiros et al. (2016) destacam a relevância da Sistematização da Assistência de Enfermagem, que é implementada por meio do Processo de Enfermagem. Este processo visa melhorar a qualidade do cuidado, capacitando o enfermeiro a estruturar suas intervenções de maneira clara e organizada, focando nas necessidades das pacientes.

No que diz respeito à atenção voltada ao período de gravidez e pós-parto, apesar do avanço da Sistematização da Assistência de Enfermagem nas maternidades do Brasil, os instrumentos utilizados para a coleta de dados ainda requerem que a formulação dos diagnósticos e intervenções de enfermagem seja adaptada às necessidades surgidas nessa fase. Isso visa garantir uma assistência personalizada e abrangente, possibilitando que os enfermeiros forneçam um cuidado adequado e de alta qualidade (Medeiros et al., 2016).

Os benefícios de uma atenção pré-natal apropriada incluem a diminuição dos riscos de complicações durante a gravidez, tanto para a futura mãe quanto para o bebê. É essencial que a gestante esteja atenta às orientações fornecidas pelos profissionais de saúde. Dessa forma, esse cuidado prepara a mulher para a maternidade e oferece informações cruciais, abordando temas como o uso de medicamentos, orientação psicológica e a importância de

adotar hábitos saudáveis, incluindo evitar álcool, tabaco e drogas (Brasil, 2016).

A análise da paternidade, de modo geral, parte da relação entre o pai e o bebê com início no período gestacional. O lugar do pai como elemento necessário para o desenvolvimento do filho é destacado por Aberastury e Salas (1991 apud BERNARDI, 2017), que destaca que os estudos se concentram essencialmente na figura materna.

São escassas as políticas voltadas à valorização da paternidade e, as poucas que existem, são frágeis. Não se observa, no âmbito da saúde pública, uma vinculação da fase pré-natal à aquisição desta inserção do pai na vida da criança e da família como um todo (Corrêa et al., 2013).

A consideração do papel do pai no desenvolvimento infantil é uma temática relativamente recente na Psicologia, visto que, até algumas décadas atrás, prevalecia a concepção do pai como principal provedor financeiro, distante das esferas familiares e dos cuidados diretos com os filhos (Silva; Piccinini, 2007).

Nesse sentido, Fonseca (2004) ressalta a importância de abordar esse tema por meio de intervenções efetivas, enfatizando a participação do pai na esfera reprodutiva e familiar. Além disso, destaca a necessidade de reavaliar perspectivas sobre o cuidado familiar e infantil, buscando superar atitudes preconceituosas.

A prática da paternidade atravessa um período de transição, no qual há um reconhecimento crescente da importância do papel do pai no desenvolvimento do filho. No entanto, persistem características tradicionais, como a visão do pai como auxiliar da mãe nos cuidados com a criança, transferindo a ela a responsabilidade principal por essas atividades. É notável que o modelo de pai que compartilha igualmente os cuidados com os filhos não é uma construção contemporânea, mas remonta à década de 1970 (Vieira et al., 2014).

Na área da investigação acadêmica, é possível analisar estudos como o de Trindade (2002), que examinou as transformações na vida de pais adolescentes, abrangendo a faixa etária de 16 a 21 anos. O estudo constatou que, apesar do surgimento gradual de relações afetivas entre pais e filhos, os modelos tradicionais de parentalidade ainda são mantidos.

Luz e Berni (2010) examinam a visão dos homens sobre a paternidade, abordando as áreas emocionais, sociais e legais. Eles chegam à conclusão de que há uma exclusão dos homens nas experiências relacionadas ao compromisso paterno. Os autores apontam que a sociedade tende a recusar o reconhecimento da paternidade, evidenciado pela prevalência de uma abordagem centrada na maternidade.

A despeito das transformações nas estruturas familiares e nos papéis dos membros do núcleo familiar, persiste uma disparidade na abordagem dessas responsabilidades, como evidenciado pelas licenças para cuidado com os filhos. Os autores destacam que, apesar do aumento significativo ao longo das décadas, os países que implementaram licenças parentais ainda enfrentam desafios em relação à baixa adesão dos homens a esse

benefício (Pinheiro; Galiza; Fontoura, 2009).

De acordo com as observações de Bernardi (2017), apesar das transformações nos entendimentos sobre a paternidade, os discursos antigos sobre os papéis tanto da mãe quanto do pai ainda persistem. A autora conclui que, mesmo na família contemporânea, há elementos que remetem à estrutura patriarcal, resultando na falta de reconhecimento e valorização das interações entre pais e filhos.

Segundo Maciel (2010), há mudanças psicológicas nos homens antes de se tornarem pais, evidenciadas por distúrbios de comportamento e psiconeuroses ligadas à paternidade. O autor também aponta que, mesmo antes do nascimento, o filho pode personificar para o pai os ideais infantis de perfeição que ele pode ter abandonado. Esta renúncia, segundo uma perspectiva freudiana, decorre de dificuldades da vida, e a não realização dos ideais narcistas é vista como inevitável.

Os cuidados parentais, considerando os fatores imediatos que os influenciam, englobam as condições sociais, culturais e psicológicas que moldam a forma como os pais se dedicam ao cuidado e ao estímulo do desenvolvimento de seus filhos. Esses cuidados são descritos como sistemas de suporte destinados ao indivíduo, especialmente nos primeiros anos de vida, e têm impactos significativos no processo de desenvolvimento. A revisão dos papéis parentais tornou-se uma necessidade na contemporaneidade, sendo a modernização da sociedade apontada como uma das principais razões para a mudança em relação ao tradicional modelo familiar (Bossardi; Vieira, 2010).

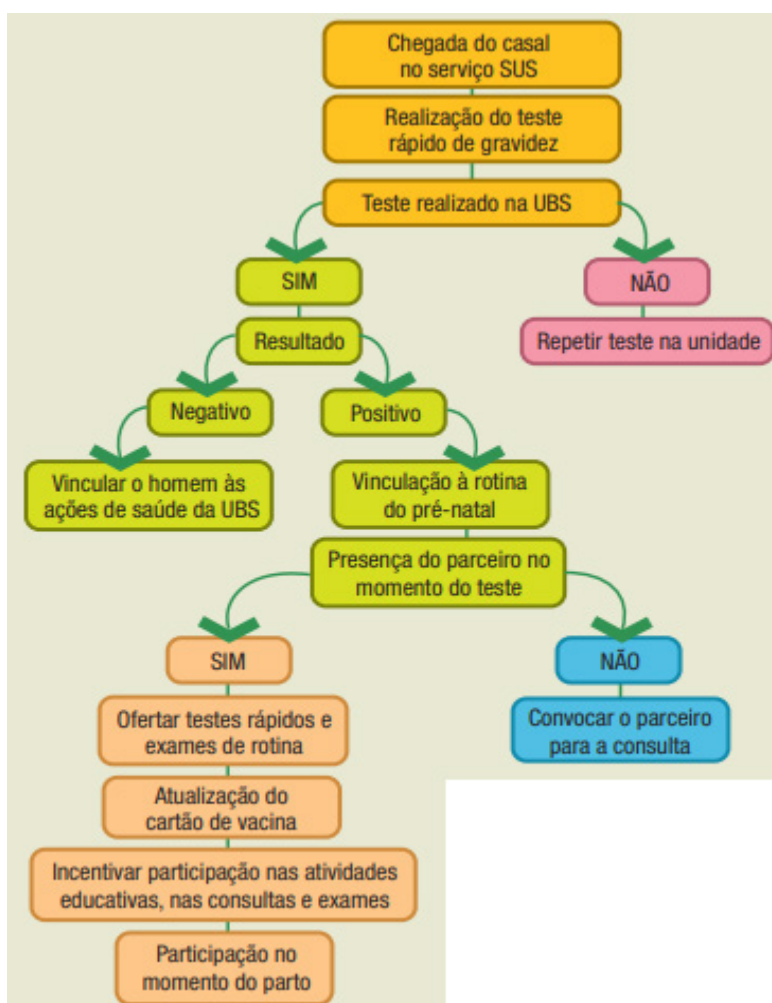
O papel paterno está ligado à participação voluntária e ao desejo, que, muitas vezes, transcende a consciência. No entanto, é necessário que os pais assumam a responsabilidade de construir um vínculo emocional saudável com seus filhos, especialmente durante a primeira infância, que é considerada o período ideal para fortalecer os laços afetivos e melhorar as relações interpessoais (Maciel, 2010).

A interação entre pai e filho se apresenta como fator imprescindível para o desenvolvimento tanto cognitivo quanto social da criança, sendo que o relacionamento em questão reflete nas relações sociais na vida adulta (Benczick, 2011). Nesse contexto, tem-se a relevância da inserção dos pais na vida dos filhos desde tenra idade, bem como de sua participação junto com as mães na fase pré-natal.

Diversos aspectos são ponderados e considerados, como a qualidade do vínculo afetivo entre o casal, o reconhecimento mútuo do desejo de incluir um novo membro na família, a situação financeira, o estágio profissional dos pais e, sobretudo, a disposição interna para enfrentar todas as mudanças inerentes a esse processo. Para além das alterações físicas, nas quais o corpo evidencia de forma tangível as transformações em curso, a mãe passa a interpretar essas mudanças e a atribuir um significado afetivo a cada uma delas. A partir desse ponto, ela vivencia emoções intensas, por vezes confusas e ambivalentes, uma vez que esse período é caracterizado por perdas e ganhos, receios e tranquilidades, inseguranças e satisfações, dúvidas e plenitude (Ferreira et al., 2014).

O nível de participação dos pais durante a gestação pode variar consideravelmente, dependendo do estágio de desenvolvimento do bebê e das características individuais de cada pai. Um modelo de mudanças sequenciais no envolvimento emocional dos pais consiste em três fases distintas. Na primeira fase, que vai desde a suspeita de gravidez até a sua confirmação, os pais podem experimentar desconforto, estresse e ambivalência diante do impacto inicial da notícia. Na segunda fase, os pais ainda não reconhecem plenamente a gestação como uma realidade, pois os sinais físicos ainda não são evidentes, o que leva a uma distância emocional. Na última fase, os pais percebem a gestação como algo real e significativo em suas vidas, e começam a se identificar como pais. Esse estágio geralmente ocorre no terceiro trimestre da gestação, quando o nascimento do bebê está próximo e os pais se envolvem mais nos preparativos para a sua chegada (Piccininni et al., 2004). De modo geral, o fluxo do pré-natal da gestante e do parceiro pode ser identificado na Figura 1:

Figura 1 – Fluxo de atendimento da gestante e do parceiro.



Fonte: Hermmann (2016).

Uma das principais razões apontadas pelas gestantes para a ausência de seus parceiros nas consultas de pré-natal está relacionada ao horário de trabalho deles. Isso ocorre especialmente quando o parceiro é o único provedor financeiro do lar. No caso de mães solteiras, a falta de vínculo familiar com o parceiro também é um fator relevante. Muitos parceiros, em sua maioria, não atribuem grande importância à gravidez, e é nesse momento que se inicia a construção do vínculo familiar entre pai e filho (Freitas; Alves, 2021).

Conforme Piccininni et al. (2004), as mudanças no papel do pai têm gerado ampla discussão sobre o conceito de envolvimento paterno. Tal conceito é definido considerando três dimensões do comportamento paterno: interação, acessibilidade à criança e responsabilidade. A interação envolve o contato direto com o filho em atividades e cuidados compartilhados, enquanto a acessibilidade se refere à disponibilidade do pai para interações com a criança. A responsabilidade diz respeito ao papel do pai em garantir cuidados e recursos para o filho. Anteriormente, o envolvimento paterno era frequentemente abordado de forma quantitativa, medido pelo tempo que o pai passava com a criança em cuidados e atividades. Contudo, atualmente, a avaliação do envolvimento paterno também considera aspectos qualitativos, como a qualidade e o conteúdo das interações.

As mudanças na sociedade contemporânea requerem que os homens compreendam melhor seu papel, participação e envolvimento como pais nas primeiras semanas após o nascimento de um bebê, visto que as expectativas em relação a essa função na vida familiar têm se expandido gradualmente. A presença do pai é necessária durante a gravidez, o parto e o pós-parto, uma vez que as transformações físicas e emocionais enfrentadas pelas mulheres nesse período são significativas e demandam um acompanhamento ativo por parte do parceiro (Piccininni et al., 2004).

A função do enfermeiro como integrante da equipe de saúde e encarregado das consultas pré-natais na atenção básica visa promover a inclusão do pai na unidade de saúde, criar oportunidades para que ele participe ativamente no processo gravídico ao lado da gestante, seja por meio de consultas individuais ou participação em reuniões de grupos. Dessa forma, a presença ativa do pai durante a gravidez se traduz em cuidado e proteção para a gestante, estabelecendo laços sólidos de apoio e solidariedade. A construção de um relacionamento mais sólido ocorre quando ambos, homem e mulher, compartilham os momentos da gravidez e do parto (Ferreira et al., 2014).

As consultas de pré-natal desempenham um papel essencial não apenas no acompanhamento da saúde da gestante, mas também na conscientização do homem sobre a importância de sua própria saúde. Além disso, proporcionam um preparo psicológico para a chegada do bebê. O apoio do pai durante o parto não só oferece segurança à gestante, mas também tranquiliza os familiares. Para garantir a saúde do homem, são realizados diversos testes, como HIV, Sífilis e Hepatite B, visando assegurar que o pai não tenha nenhuma doença sexualmente transmissível. Isso contribui para a segurança da mãe

durante a gestação e promove a saúde do recém-nascido. Esses testes, assim como outros, são igualmente aplicados na mãe para identificar possíveis doenças e iniciar tratamentos, evitando impactos negativos na saúde da criança (Freitas; Alves, 2021). Nesse contexto, tem-se o conceito de pré-natal masculino.

O pré-natal masculino foi integrado à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, em 2011, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), juntamente com o pré-natal feminino. Essa inclusão visa promover a participação ativa dos parceiros ao longo de todo o período gestacional. Dentro desse contexto, o pré-natal masculino representa uma estratégia que busca a inclusão através do acolhimento, escuta qualificada e oportunidade de envolvimento dos parceiros nos serviços de saúde. A ideia é aproveitar o momento em que o parceiro acompanha a gestante para realizar os exames de rotina, como aqueles voltados para a detecção do HIV/Aids, sífilis e hepatites B e C, com o objetivo de controlar e prevenir a transmissão vertical de Infecções Sexualmente Transmissíveis (Souza et al., 2016).

Tem-se a necessidade de se implementarem medidas que incrementem a presença de usuários do sexo masculino nas Unidades Básicas de Saúde. Diante desse contexto, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem busca primariamente realizar alterações significativas na saúde dos homens e pretende também estabelecer e incentivar, tanto em serviços de saúde públicos quanto privados, uma rede de atenção integral à saúde do homem que assegure abordagens abrangentes. Isso implica na criação de linhas de cuidado, com ênfase na integralidade, e na capacitação dos profissionais da rede básica para oferecer atendimento adequado (Moreira; Carvalho, 2016). Tal integralidade envolve os aspectos que dizem respeito à saúde masculina, mas que se relacionam de modo direto com possíveis implicações à gestante.

As gestantes que priorizam a presença de um acompanhante durante o pré-natal também são as que mais provavelmente terão esse suporte durante o trabalho de parto e parto. Isso ressalta a importância de os enfermeiros incentivarem a presença do acompanhante desde o pré-natal. A inclusão do parceiro nesse contexto, tanto pré-natal quanto durante o trabalho de parto e parto, influencia diretamente o desempenho do profissional, pois muitos homens têm uma percepção incerta sobre seu papel nos serviços de maternidade, especialmente durante o parto. Isso pode levar à alienação em relação ao papel do parceiro durante o puerpério (Holanda et al., 2018).

É evidente que a responsabilidade pela realização de exames no período pré-natal não deve recair exclusivamente sobre as mulheres. Nesse contexto, a iniciativa conhecida como pré-natal masculino tem como finalidade incentivar os pais a participarem proativamente dos serviços de saúde, promovendo a prevenção e fortalecendo os laços afetivos entre pai, mãe e filho. Isso implica oferecer acolhimento, integrar os homens nos programas existentes, facilitar o atendimento e desenvolver estratégias específicas para esse grupo populacional. Além disso, a inclusão dos homens no pré-natal de suas parceiras

é essencial para estabelecer vínculos desde a gestação, proporcionando oportunidades para a realização de exames e verificação da situação vacinal (Alves et al., 2021).

Conforme Holanda et al. (2018), destaca-se a relevância de contar com um companheiro que, além de estar presente, saiba como se comportar diante das situações relacionadas ao nascimento de um bebê. É enfatizada a importância de incentivar a participação do parceiro desde o período pré-natal, uma vez que essas consultas abrangem não apenas a avaliação da saúde materna e fetal, mas também fornecem orientações sobre o ciclo gravídico-puerperal, os cuidados com o bebê e a amamentação. Nesse momento, pais em potencial têm a oportunidade de serem preparados e receberem orientações sobre a experiência do parto, assim como a autorização para a presença de um acompanhante.

Conforme Ferreira et al. (2014), as diretrizes fornecidas pelos profissionais de saúde, como os enfermeiros, durante as consultas pré-natais permitem que os homens compreendam as transformações que ocorrem com as mulheres nesse período. É necessário informá-los sobre o direito de acompanharem a gestante durante as consultas e o parto. A escassa participação dos pais no pré-natal pode ter um impacto substancial no curso da gravidez.

Nesse cenário, a falta de uma estrutura adequada e de instalações específicas para cuidados assistenciais representa um obstáculo significativo para a promoção da saúde das gestantes. Essas condições desfavoráveis comprometem a humanização do atendimento e indicam a precariedade na disponibilidade de instalações físicas adequadas. A participação ativa dos enfermeiros em todas as fases do atendimento às gestantes adolescentes é essencial. Esse envolvimento implica estar presente na realidade das gestantes, contribuindo para a eficácia do pré-natal, aplicando e integrando conhecimentos técnicos-científicos, com o objetivo de intervir de maneira efetiva para garantir o adequado progresso da gestação (Nogueira et al., 2016).

Ressalta-se, inclusive, a relevância dos preceitos legais e das políticas públicas de incentivo à participação paterna no acompanhamento pré-natal, bem como no parto e no puerpério. Um exemplo é a Lei Federal nº11.108/05, que define o direito de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. Segundo Hermmann (2016), a estratégia Pré-natal do Parceiro pode constituir-se de uma importante forma de participação, para os homens, nos serviços de saúde, aproveitando sua presença nas consultas relacionadas à gestação para ofertar exames de rotina e testes rápidos, convidando-os a participarem das atividades educativas e ao exercício da paternidade consciente, buscando a integralidade no cuidado a esta população. Isso parte da constatação de que os homens geralmente acessam o sistema de saúde por meio da atenção especializada, já com o problema de saúde instalado e evoluindo de maneira insatisfatória. Este contexto aumenta os agravos da morbidade para a população masculina, causam maior sofrimento, menor possibilidade de resolução e um maior ônus para o sistema.

CONCLUSÃO

A atenção adequada durante o pré-natal é essencial para identificar precocemente fatores de risco que possam afetar a saúde da gestante e do neonato. No entanto, a falta de recursos e orientações inadequadas pode resultar em cuidados inadequados. A orientação nutricional desempenha um papel necessário, contribuindo para a saúde da gestante e do bebê. A Enfermagem Obstétrica, com sua abordagem humanizada, desempenha um papel fundamental durante o trabalho de parto e nascimento.

Nesse contexto, a sistematização da Assistência de Enfermagem, apesar de avanços, requer adaptações para uma assistência personalizada. A participação ativa dos enfermeiros, aliada a essa sistematização, contribui para cuidados personalizados e de alta qualidade, reduzindo riscos para mãe e bebê. A evolução do conceito de paternidade destaca a importância do pai em todas as fases do desenvolvimento da criança. A participação ativa dos pais no pré-natal é necessária, promovendo não apenas a saúde da gestante, mas também fortalecendo os laços familiares. A inclusão do pai desde o início da gestação é essencial para estabelecer vínculos afetivos e preparar ambos os pais para a chegada do bebê.

O pré-natal masculino surge como uma estratégia fundamental para promover a participação ativa dos parceiros nos cuidados à gestante e prevenir a transmissão de doenças. Profissionais de saúde precisam estar preparados para ampliar o acesso dos homens aos serviços de saúde, proporcionando acolhimento e desenvolvendo estratégias específicas.

A presença do acompanhante durante o pré-natal é necessária para garantir suporte durante o trabalho de parto e parto. Enfermeiros devem incentivar a participação do parceiro desde o pré-natal, promovendo não apenas a avaliação da saúde materna, mas também fortalecendo os laços familiares. A participação dos pais durante a gravidez varia ao longo das fases, sendo necessário reconhecer as necessidades emocionais dos pais. A ausência dos parceiros nas consultas de pré-natal está muitas vezes relacionada aos horários de trabalho, mas a atuação do enfermeiro visa fomentar a presença ativa do pai na unidade de saúde.

Além das mudanças físicas, a mãe interpreta essas transformações de maneira emocionalmente intensa, enquanto o papel paterno está associado à participação voluntária e ao desejo. A análise da figura paterna destaca a importância do pai para o desenvolvimento do filho, enfatizando a necessidade de políticas mais robustas que valorizem a paternidade no contexto da saúde pública.

De modo geral, o pré-natal masculino e a participação ativa dos pais são essenciais para promover uma abordagem holística à saúde materna e infantil, fortalecendo os laços familiares e contribuindo para o desenvolvimento saudável da criança. O papel necessário da Enfermagem Obstétrica e a necessidade de políticas mais abrangentes que valorizem a paternidade destacam-se como elementos fundamentais nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. S. S. et al. A inclusão do homem nas consultas de pré-natal de suas parceiras em serviços de Atenção Primária à Saúde. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, e55810615768, 2021.
- AUGUSTO, N. C. **Paternidade afetiva X socioafetiva** – em ambas, uma questão de escolha. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/56227/paternidade-afetiva-x-socioafetiva-em-ambas-uma-questao-de-escolha>. Acesso em 10 fev. 2024.
- BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011.
- BERNARDI, D. Paternidade e cuidado: novos conceitos, velhos discursos. **Psic. Rev.** São Paulo, v. 26, n. 1, 59-80, 2017.
- BOSSARDI, C. N.; VIEIRA, M. L. Cuidado paterno e desenvolvimento infantil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 44, n. 1, p. 205-221, abr. 2010.
- BRASIL. Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005. **Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS**. 2005. Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/norma/570557#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%208.080,Sistema%20Único%20de%20Saúde%20-%20SUS.&text=AUTOR%3A%20SENADORA%20IDELI%20SALVATTI%20\(PT,\)%20-%20PLS%20195%20DE%202003.&text=SAUDE%20PUBLICA%20](https://legis.senado.leg.br/norma/570557#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%208.080,Sistema%20Único%20de%20Saúde%20-%20SUS.&text=AUTOR%3A%20SENADORA%20IDELI%20SALVATTI%20(PT,)%20-%20PLS%20195%20DE%202003.&text=SAUDE%20PUBLICA%20). Acesso em 10 fev. 2024.
- BRASIL. **Importância do pré-natal**. Biblioteca Virtual em Saúde. Ministério da Saúde. 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2198-importancia-do-pre-natal>. Acesso em 11 fev. 2024.
- BRASIL. Cadernos de atenção básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, DF, 2012.
- CORREIA, A. C. L. et al. Paternidade na adolescência: atenção básica como rede de apoio. **J. Nurs. Health**, v. 3, n. 1, p. 51-6, 2013.
- FERREIRA, T. N. et al. A importância da participação paterna durante o pré-natal: percepção da gestante e do pai no município de Cáceres – MT. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 5, n. 2, p. 337-45, 2014.
- FONSECA, C. **A certeza que pariu a dúvida**. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, 13-34, 2004.
- FREITAS, J. H. M.; ALVES, L. L. A importância do pai no pré-natal. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, e160101422032, 2021.

HERMMANN, A. **Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016.

LEAL, M. S. et al. Humanization practices in the parturitive course from the perspective of puerperae and nurse-midwives. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, Supl. 4, e20190743, 2021.

LUZ, A. M. H.; BERNI, N. I. O. Processo da paternidade na adolescência. **Rev. bras. enferm.**, 2010, vol.63, n.1, pp.43-50.

MACIEL, R. A. **Experiências psíquicas do homem à espera da paternidade**. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. 2010.

MEDEIROS, A. L. et al. Avaliando diagnósticos e intervenções de enfermagem no trabalho de parto e na gestação de risco. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 37, n. 3, 2016.

MORAES, J. T. et al. A percepção da nutriz frente aos fatores que levam ao desmame precoce em uma unidade básica de saúde de Divinópolis/MG. **R Enferm Cent O Min.**, v. 4, n. 1, p. 971-82, 2014.

MOREIRA, M. A.; CARVALHO, C. N. Atenção integral à saúde do homem: estratégias utilizadas por enfermeiras (os) nas unidades de saúde da família no interior da Bahia. **Saúde & Transformação Social**, v. 7, n. 3, p. 121-32, 2016.

NOGUEIRA, C. et al. Caracterização da infraestrutura e do processo de trabalho na assistência ao pré-natal. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 4, 2016.

NUNES, J. T. et al. Qualidade da assistência pré-natal no Brasil: revisão de artigos publicados de 2005 a 2015. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 252-261, 2016.

PICCININNI, C. A. et al. O Envolvimento Paterno durante a Gestação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 3, pp.303-314, 2004.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 851-859, 2009.

SANTOS, A. C. et al. A importância da presença paterna no pré-natal. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 8, e43911831177, 2022.

SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Prevenção da Gravidez na Adolescência**. Guia Prático de Atualização, n. 11, jan. 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Adolescencia_-_21621c-GPA_-_Prevencao_Gravidez_Adolescencia.pdf. Acesso em 11 fev. 2024.

SILVA, R. C. et al. O discurso e a prática do parto humanizado de adolescentes. **Texto contexto enferm.** v. 22, n. 3, Florianópolis, jul./set. 2013.

SILVA, M. R.; PICCININI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 561-573, out./ dez. 2007.

TRINDADE, Z. A.; MENANDRO, M. C. S. Pais adolescentes: vivência e significação. **Estud. psicol.** (Natal) [online], v. 7, n.1, pp.15-23, 2002.

VIEIRA, M. L. et al. Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 66, n. 2, p. 36-52, 2014.